

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo Class.: 81

Data: 21.08.80

Pg.: _____

Rodovia pode continuar dentro de área indígena

Da sucursal e do correspondente

Depois de praticamente ter decidido alterar o traçado da rodovia BR-080, que liga Brasília a Cachimbo, para atender a reivindicação dos índios txucarramãe, o governo pode agora não pôr em prática essa decisão, já que novos estudos demonstraram que haverá um aumento de 400 a 500 milhões de cruzeiros no custo das obras. Para que o traçado seja modificado, será preciso acrescentar 250 quilômetros ao percurso original.

Como a estrada muito provavelmente continuará dentro da reserva, a alternativa em estudo é resguardar-se a entrada e saída da área indígena, abrindo-se postos

policiais destinados a fiscalizar o tráfego. Haveria autorização de trânsito dentro da reserva durante o dia — entre as 6 e as 16 horas —, utilizando-se senhas entregues aos motoristas.

Reintegração em Rondônia

O delegado regional da Funai em Porto Velho, Apoena Meirelles, afirmou ontem que os posseiros ocupantes da área dos suruí junto ao posto Sete de Setembro, em Cacoal, têm prazo até o próximo dia 25 para se retirar do local, caso contrário poderão ser expulsos "de qualquer maneira, porque os índios querem tomar já uma decisão por eles mesmos."

Anteontem, a Fundação Nacio-

nal do Índio pediu no Cartório da Comarca de Porto Velho a reintegração de posse da área, depois que o advogado Agenor Carvalho, em nome de 81 famílias de posseiros, havia requerido em Juízo a manutenção de posse dos lotes ocupados. A Funai e o Inca chegaram a oferecer aos posseiros lotes na gleba Castro Alves, em Espigão d'Oeste, mas eles não aceitaram o acordo alegando que essas terras são "fracas". Já o advogado Agenor Carvalho acusou o órgão indigenista de ter agido de "má fé", o que o advogado da Fundação contestou afirmando que os ocupantes da área indígena receberam advertências seguidamente — desde 1976, quando ela foi demarcada — que deveriam sair dali.

IBDF vai estabelecer faixa de acomodação na reserva do Xingu

Da sucursal de BRASÍLIA

O presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, anunciou ontem que o IBDF iniciará, de imediato, o estudo da "faixa de acomodação" que será criada na área reivindicada pelos índios txucarramãe, no Xingu. Os fazendeiros que tiverem suas fazendas englobadas pela área reservada serão indenizados. "Não pretendo resolver o problema do índio — frisou o coronel —, pois outras administrações agiram dessa forma e o problema fundiário foi apenas adiado. Não se pode apenas invocar o artigo 198 da Constituição para defender terras indígenas, mas sim estudar uma forma de ação que atenda aos interesses dos brancos e dos índios".

Nobre da Veiga assegurou que sua administração está tentando resolver erros cometidos no passado em relação às terras indígenas, como o caso do Parque do Xingu e as áreas dos xavantes.

O presidente da Funai ficou irritado com as notícias sobre sua viagem ao Xingu, na semana passada, quando ele deixou de visitar os índios txucarramãe, no posto Cretire, e manteve apenas contato com os fazendeiros, fato que gerou grande revolta entre os índios. "Vocês querem firmar a minha imagem co-

mo um presidente inábil — disse o coronel aos jornalistas —, mas não saí de Brasília para estar com os índios no Cretire. Ficou combinado, com o cacique Raoni, que eu visitaria o posto em sua companhia quando ele retornasse de São Paulo. Nos próximos dias, irei ao Xingu para então manter contato com toda a liderança indígena."

MANGUEIRINHA

Sobre o movimento dos índios caigangues e guaranis do posto indígena de Mangueirinha, no Paraná, que ocuparam as terras da firma Slaviero, o coronel disse que a Funai vai garantir o cumprimento da lei. Por isto, enquanto a área estiver *sub judice*, os índios não poderão plantar roças ou realizar qualquer outro tipo de benfeitoria no local.

"Temos notícias — disse ele — de que alguns índios retornaram à aldeia, enquanto outros permanecem na área, pacificamente. Para evitar qualquer tumulto, elementos da Polícia Federal foram deslocados para o local, mas já recebemos uma garantia formal da Slaviero de que não haverá qualquer tipo de represália contra os índios."

Afirmou ainda que a assessoria jurídica do órgão está acompanhando junto ao Tribunal Federal

de Recursos a ação que a Funai move contra a Slaviero, que foi preterida em primeira instância.

A Funai divulgou nota ontem anunciando que um amplo programa comunitário será desencadeado no posto indígena de Mangueirinha, onde a comunidade está plantando 600 hectares de milho, feijão, arroz, e soja, com seus próprios recursos, além de 635 hectares previstos nos planos elaborados pela Funai.

A área dos caigangues e guaranis, antes da administração do governador Moisés Lupion, englobava as terras da Slaviero, anteriormente vendidas pelo governo a Carlos Gemin, que também reivindica a sua posse na Justiça. O coronel Nobre da Veiga, embora procurando não fazer críticas à política anterior adotada, ressaltou que, hoje em dia, o governo não permite mais a venda de terras reconhecidas como áreas indígenas.

Em Curitiba, o padre Natalício Welchenfelder, representante local do Cimi, informou que dentro de uma semana os índios caigangues e guaranis terão completado a ocupação dos 3.707 alqueires em disputa na Justiça entre a Funai e a Slaviero, afirmando que eles estão irritados com a demora da pendência judicial.